

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo  
**Romão Avila Milhan Junior**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)



## PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## PORTARIA Nº 1685/2024-PGJ, DE 16.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

## R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí em 11.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

## PORTARIA Nº 1686/2024-PGJ, DE 16.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

## R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça de Naviraí em 11.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

## PORTARIA Nº 1683/2024-PGJ, DE 16.4.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

## R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 1203/2024-PGJ, de 15.3.2024.

MEMBRO	DATA
Juliana Martins Zaupa	1º a 10.4.2024
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	11.4.2024
Juliana Martins Zaupa	12 a 20.4.2024

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1684/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 2ª Zona Eleitoral, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 1204/2024-PGJ, de 15.3.2024.

MEMBRO	DATA
Juliana Martins Zaupa	1º a 10.4.2024
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	11.4.2024
Juliana Martins Zaupa	12 a 20.4.2024

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1687/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Thiago Barile Galvão de França para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul de 24 a 26.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1688/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste em 29 e 30.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1689/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí de 22 a 26.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1690/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo Rotunno para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados de 1º a 3.4.2024 e de 6 a 20.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior; e tornar sem efeito a Portaria nº 1181/2024-PGJ, de 15.3.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1691/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 4 e 5.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1653/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 2 (dois) dias de folga compensatória em 17 e 18.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 5169/2023-PGJ, de 25.9.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1692/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, de 3 a 14.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1693/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, de 15 a 17.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1694/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 1, Assep 1, em 18 e 19.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1695/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 23ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande de 22 a 25.4.2024, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Regina Dornte Broch.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1698/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1036/2024-PGJ, de 7.3.2024, que concedeu ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 3 (três) dias de folga compensatória pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 27 a 29.5.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1697/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº e-296/2024-PGJ, de 11.3.2024, que concedeu ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, que seriam usufruídos de 20 a 24.5.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1672/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara da comarca de Ribas do Rio Pardo em 17.4.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1675/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Allan Thiago Barbosa Arakaki 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 20.12.2018 a 19.12.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72/1994 (PGA nº 09.2024.00003745-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1679/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1699/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes aos períodos aquisitivos 2019/2020 e 2020/2021, a serem usufruídos de 22 a 26.7.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1671/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 4.4.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno; e tornar sem efeito a Portaria nº 1593/2024-PGJ, de 11.4.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1678/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória de 24 a 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1677/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira 2 (dois) dias de folga compensatória em 29 e 30.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1676/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Eteocles Brito Mendonça Dias Junior 5 (cinco) dias de folga compensatória de 17 a 21.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial nos plantões dos feriados forenses de 2022/2023 e 2023/2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1662/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 3 (três) dias de folga compensatória de 24 a 26.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1661/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 2 (dois) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídos em 22 e 23.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140 e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1660/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 2 (dois) dias de folga compensatória em 13 e 14.11.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício



**PORTARIA N° 1659/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 3 (três) dias de folga compensatória de 14 a 16.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2019/2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1658/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1657/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 2 (dois) dias de folga compensatória em 27 e 28.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 1674/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 11ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande em 16.4.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício



**PORTARIA Nº 1666/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da comarca de Bela Vista em 16.4.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1664/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Antonio Carlos Garcia de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Criminal da comarca de Corumbá em 16.4.2024.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1656/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 6445/2023-PGJ, de 27.11.2023, que estabeleceu a escala de plantão integrado das Procuradorias de Justiça de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui	Rodrigo Jacobina Stephanini

- Passe a constar:

PERÍODO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS (CEL.: 98478-2059)	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS (CEL.: 98478-2062)
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini	Irma Vieira de Santana e Anzoategui

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1655/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar a 1ª Promotoria de Justiça de Nova Andradina de 15.4 a 3.5.2024; e revogar, a partir de 15.4.2024, a Portaria nº 4202/2023-PGJ, de 1º.8.2023, que designou o Promotor de Justiça Murilo Hamati Gonçalves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício



**PORTARIA Nº 1654/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça Luiz Eduardo Lemos de Almeida para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 15.4.2024; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1258/2024-PGJ, de 19.3.2024, que designou o Promotor de Justiça Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1652/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 1335/2024-PGJ, de 25.3.2024, que estabeleceu a escala de plantão integrado de Promotores de Justiça referente a abril de 2024, de forma que, onde consta:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009 (71) 99138-9068
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Mundo Novo	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Amambai	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952

- passe a constar:

PERÍODO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
15 (19h01min) a 19.4.2024 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009 (71) 99138-9068
19 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
22 (19h01min) a 26.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Nova Andradina	William Marra Silva Junior	98462-9239
26 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	PJ de Batayporã	Felipe Almeida Marques	99312-6009 (71) 99138-9068
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI E ELDORADO</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Mundo Novo	Andre Luiz de Godoy Marques	99248-0006
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	PJ de Eldorado	Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	99312-6538
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
15 (19h01min) a 18.4.2024 (11h59min)	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
18 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Caarapó	Arthur Dias Junior	99912-6912
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI, CORONEL SAPUCAIA E PONTA PORÃ</b>			
15 (19h01min) a 22.4.2024 (11h59min)	2ª PJ de Amambai	Lenize Martins Lunardi Pedreira	99662-7952
22 (19h01min) a 29.4.2024 (11h59min)	5ª PJ de Ponta Porã	Magno Oliveira João	99825-7430

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1704/2024-PGJ, DE 17.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Vitoria de Fatima Herechuk para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1644/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na Promotoria de Justiça de Iguatemi, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 39ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1645/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar ao servidor Ramon Gimenes Tavares, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 1ª Procuradoria de Justiça Cível, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, em âmbito nacional, a partir de 1º.4.2024, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 4º da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2024.00003358-1).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1667/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar as servidoras Carolina Pontes Andreussi, Analista, e Regina Célia de Araújo Silva, Técnica I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2024.00001949-0.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1668/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Cleber do Nascimento Gimenez, Auxiliar; Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnica II; e Fabiano Alves Davy, Analista, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2023.00013055-5.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1669/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os servidores Josiane Sanches de Mamann Zillo, Técnica II; Luiz Fernando Koyanagi, Analista; e Vivian Severino da Silva Ribeiro, Técnica I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante para apurar os fatos constantes no PGA nº 09.2024.00002926-6.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1642/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 2/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestora – Myrian Raquel Rodrigues da Silva, Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação; 1.1) Suplente – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Diego Servulho da Silva Maluf Ferreira, Chefe do Departamento de Governança de TI; 3.1) Suplente – Gustavo Rocha Lobato, Chefe da Divisão de Projetos e Serviços de TI (PGA nº 09.2023.00011071-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 1643/2024-PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 4/PGJ/2024, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 1º.4.2021, conforme segue: 1) Gestor – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 1.1) Suplente – Jorge Antonio Arantes Vilela, Chefe da Divisão de Administração de Banco de Dados; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Julio Henrique Nunes da Cunha, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 3.1) Suplente – Ademir de Jesus Antunes, Assessor Técnico em Redes (PGA nº 09.2023.00010645-5).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº e-438/2024 - PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Martins Zaupa 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no período de 11.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-439/2024 - PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Marcelo Peixoto Lanza 2 (dois) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 8 a 9.4.2024, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-440/2024/PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1652/2023-PGJ, de 5.12.2023, na parte que concedeu férias regulamentares à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, de forma que, onde consta: "período de 24.6 a 3.7.2024", passe a constar: "período de 17 a 26.6.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-441/2024/PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, nos termos do artigo 149, § 1º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2018/2019	10	29.4 a 8.5.2024	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-442/2024/PGJ, DE 16.4.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1243/2023-PGJ, de 25.10.2023, na parte que concedeu a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor de Justiça José Aparecido Rigato, de forma que, onde consta: "período de 20 a 29.5.2024", passe a constar: "período de 2 a 11.5.2024".

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 1636/2024-PGJ, DE 15.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Maria Rosa Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Naviraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Itaquiraí, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 11 a 30.4.2024, em razão de afastamento do servidor Rodrigo Peixoto Santos, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 1637/2024-PGJ, DE 15.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020, bem como o artigo 16, inciso I, da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018,

**R E S O L V E:**

Autorizar ao servidor Moises Yule de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado na 1ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, a renovação da prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e fora das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, a partir de 4.4.2024, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos dos artigos 1º, § 1º; 4º e 9º, §§ 1º e 5º, IV; 10 e 13 da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2022.00002256-5).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº 1639/2024-PGJ, DE 15.4.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder à servidora Eliani Soares Rodrigues, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 21.3.2024, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 821/2012-PGJ, de 31.5.2012, na parte que concedeu à referida servidora o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2024.0003125-0).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/PGJ/2023**

Processo nº 09.2023.00004068-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **THF ELEVADORES LTDA**, representada por **Fernando Luis da Cunha**.

Procedimento licitatório: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses, e reajuste do valor estimado mensal, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor anual total estimado: R\$ 31.206,24 (trinta e um mil duzentos e seis reais e vinte e quatro centavos).

Vigência: 16.05.2024 até 16.05.2025.

Data de assinatura: 16 de abril de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 045/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000555-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2 - **Luiz Henrique Borges da Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prestação de serviço limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Coxim/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais Nota de Empenho nº 2024NE000392, de 26.01.2024.

Vigência: 08.04.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 8 de abril de 2024.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****CAMPO GRANDE****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0018/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00125331-9 em que constam como investigado "A Apurar" e vítima Marcela De Carvalho Braga, conforme se transcreve: “na ausência de justa causa para a propositura de ação penal, promovo o arquivamento do presente Inquérito Policial”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO Nº 0019/2024/13PJ/CGR**

A 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 08.2023.00150654-0 em que constam como investigado Luciano Vicente Da Silva e vítima Gislene Kelen De Oliveira Da Silva, conforme se transcreve: “entende o Ministério Público Estadual que no presente caso não há a necessidade de se utilizar da tutela penal (Direito Penal como ultima ratio) para o crime de art. 168 do Código Penal, impondo-se o arquivamento”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024

PEDRO ARTHUR DE FIGUEIREDO  
Promotor de Justiça

**Nº MP 08.2023.00150020-1****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 21ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a Joezer Estevo Rodrigues a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0919452-55.2023.8.12.0001, em que consta como vítima Joezer Estevo Rodrigues, conforme se transcreve: “Diante do exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, com fulcro no artigo 18 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente feito, resguardando a possibilidade de reabertura das investigações caso surjam novos indícios ou suspeitas”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

DOUGLAS OLDEGARDO CAVALHEIRO DOS SANTOS  
Promotor de Justiça em substituição legal



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 08.2024.00026921-9, em que constam como investigado(a/s) Lucas Felipe Alves Ferreira e vítima(s) O Estado conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual deixar de ofertar denúncia, e arquivar o presente Inquérito Policial, ressalvado, contudo, o disposto no art. 18 do CPP”.

Campo Grande, 17 de abril de 2024.

CANDY H. C. MARQUES MOREIRA  
Promotora de Justiça  
62ª Promotoria de Justiça de Campo Grande

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>1</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Glaucia Borges de Oliveira a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0909532-23.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Fabiano Laudemir Jeronimo e vítima Glaucia Borges de Oliveira, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>2</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Amanda Martins dos Santos Souza a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0909963-57.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Gilmar Henrique Alfonso Ventura e vítima Amanda Martins dos Santos Souza, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA  
Promotor de Justiça

<sup>1</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

<sup>2</sup> “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>3</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Stela Mara dos Santos Vaz Soares a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911700-95.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Jeferson da Silva e vítima Stela Mara dos Santos Vaz Soares, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>4</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Nathalia Caroline Rolon Martins a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911546-77.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Willian Rodrigues de Souza e vítima Nathalia Caroline Rolon Martins, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>5</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Helen Jeine de Oliveira Kaizer a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0909545-22.2024.8.12.0001, em que consta como investigado José Mário da Silva Brito e vítima Helen Jeine de Oliveira Kaizer, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

3 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

4 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>6</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Adriana Rodrigues Pimentel a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911693-06.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Hilton Regis dos Santos e vítima Adriana Rodrigues Pimentel, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>7</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Lozeni Machado dos Santos Brondani a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911694-88.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Cláudio Fausto Souza e vítima Lozeni Machado dos Santos Brondani, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>8</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Juciney Barbosa da Cruz a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911687-96.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Francisco Assunção e vítima Juciney Barbosa da Cruz, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>9</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Giovanna Amorim da Silva a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911553-69.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Lucas Miranda Espinosa e vítima Giovanna Amorim da Silva, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>10</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Gislaine Maciel Porcino a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911550-17.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Kleber Jaime da Silva e vítima Gislaine Maciel Porcino, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

## EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ<sup>11</sup>, de 24 de novembro de 2023, comunica a vítima Edina Benini a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0911576-15.2024.8.12.0001, em que consta como investigado Wilson Fernandes Duarte e vítima Edina Benini, conforme se transcreve: “o Ministério Público Estadual, nos termos do artigo n. 28, do CPP, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Campo Grande/MS, 16 de abril de 2024.

**BOLIVAR LUIS DA COSTA VIEIRA**  
Promotor de Justiça

9 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

10 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

11 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”



---

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL**

---

---

**CAMAPUÃ**

---

**EDITAL N. 2/2024/1ªPJC**

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2024.00002197-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728 e no Portal do Ministério Público, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2024.00002197-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Figueirão

Nível de sigilo: Público

Assunto: Acompanhar o cumprimento das condições pactuadas em Termo de Ajustamento de Conduta, celebrado pelo Município de Figueirão e a 1ª Promotoria de Justiça de Camapuã, objetivando a deflagração de concurso público.

Camapuã - MS, 16 de abril de 2024.

GUSTAVO HENRIQUE BERTOCCO DE SOUZA

Promotor de Justiça em Subst. Legal

**EDITAL N. 05/2024/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo SAJMP-MS n. 09.2024.00003023-0, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Procedimento Administrativo: 09.2024.00003023-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Domingos Malaquias

Assunto: “Acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas no termo de ajustamento de conduta, referente ao inquérito civil de n. 06.2021.00001199-7.”

Camapuã - MS, 16 de abril de 2024.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJ/TJ nº 0001840-36.2022.8.12.0011, em que constam como vítima Luzmaria Agda Santana Bispo e investigado Bruno Cristian Farias Peres, conforme se transcreve: “*Nesses termos, ante a ausência de justa causa, o Ministério Público Estadual requer o arquivamento do presente termo circunstanciado de ocorrência, sem embargo do que prescreve o artigo 18 do Código de Processo Penal*”.

Coxim/MS, 17 de abril de 2024.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça



## DOIS IRMÃOS DO BURITI

**AUTOS N. 09.2023.00009936-0**

Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2024/PJ/DIB

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 201, §5º, alínea c, da Lei Federal n. 8.069/1990, na Resolução n. 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, e na Resolução n. Resolução nº 005/2012, de 13 de setembro de 2012, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado Mato Grosso do Sul:

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem como função institucional preceituada pela Constituição Federal “promover o inquérito civil público e a ação civil pública, para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos” e, dentro desta premissa, poderá “tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações”, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 131 da Lei n. 8.069/1990);

CONSIDERANDO que o efetivo serviço da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral (art. 135 da Lei n. 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente; art. 58 da Lei municipal n. 542/2015);

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 542/2015, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências no âmbito do município de Dois Irmãos do Buriti/MS, determina que é vedado aos membros do Conselho Tutelar utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária (ratificado no art. 41, § único, inciso III da Resolução CONANDA n. 231, de 28 de dezembro de 2022);

CONSIDERANDO que é dever do Conselheiro Tutelar na condição de agente público, atuar exclusivamente e ilimitadamente à defesa e proteção integral dos direitos fundamentais das crianças e adolescente, sendo exigido em sua função dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade remunerada pública ou privada, ressalvado o exercício do magistério, desde que haja compatibilidade de horário entre ambas, sob pena de perda do mandato de Conselheiro Tutelar (art. 28, inciso IX, c/com art. 29, inciso II, c/com art. 63, inciso II da Lei Municipal n. 542/2015 e art. 31, inciso IV do Regimento Interno do Conselho Tutelar de Dois Irmãos do Buriti);

CONSIDERANDO que o art. 57 da Lei Municipal n. 542/2015, ordena que os conselheiros tutelares eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, com publicação do Órgão Oficial do Município;

CONSIDERANDO que, Agentes Públicos, conforme disposto no parágrafo 1º, do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, são aqueles que exercem, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, ou fundacional;

CONSIDERANDO que o art. 73 da Lei n. 9.504/1997, dispõe que são proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

*I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária;*

*II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;*





*III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado;*

*IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;*

*V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados:*

*a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;*

*b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;*

*c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;*

*d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo;*

*e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários;*

*VI - nos três meses que antecedem o pleito:*

*a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;*

*b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;*

*c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;*

*VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; (Redação dada pela Lei nº 14.356, de 2022) (Vide ADI 7178) (Vide ADI 7182)*

*VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos."*

CONSIDERANDO que ao violar as condutas vedadas aos agentes públicos, acarretará aplicação de penalidade previstas na Lei n. 9.504/1997, a saber:

*"I. A violação das condutas previstas no art. 73 da Lei n. 9.504/97, acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os responsáveis a multa no valor de cinco a cem mil UFIR (art. 73, §4º);*

*II. No caso de descumprimento do disposto nos incisos do art. 73 e no seu § 10, sem prejuízo da sanção prevista no §4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (art. 73, §5º);*

*III. As multas de que trata o art. 73 serão duplicadas a cada reincidência (art. 76, §6º);*

*IV. As sanções cominadas no art. 73, §4º e §5º, serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar fixadas pelas demais leis vigentes (art. 78);*

*V. As condutas enumeradas no art. 73, poderão caracterizar, ainda, atos de improbidade administrativa, conforme o caso, a que se refere a Lei n. 8.429/92, com as alterações da Lei n. 14.230/21, sujeitam-se às sanções daquele diploma legal."*

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe, em seu art. 5º, que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

RECOMENDA aos membros do Conselho Tutelar da comarca de Dois Irmãos do Buriti/MS, em face dos temas e funções que lhe são designados, a natureza jurídica de agentes públicos, em sentido amplo, agentes administrativos, em sentido estrito, de caráter honorífico, no que lhe couber, as proibições da Lei n. 9.504/1997. A saber:





a) proibida, no ano em que se realizar eleição, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (art. 73, §10);

b) proibido ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária (art. 73, I);

c) proibido usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram (art. 73, II);

d) proibido ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (art. 73, III);

e) proibido fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público (art. 73, IV);

f) proibido nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: f.1) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; f.2) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República; f.3) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; f.4) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; f.5) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários (art.73, V);

g) proibido nos três meses que antecedem o pleito: g.1) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública; g.2) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral; g.3) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (art. 73, VI);

h) proibido empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito; (art. 73, VII, pela redação dada pela Lei n 14.356, de 2022 - norma considerada constitucional a partir das eleições 2024, conforme decisão do STF nas ADIs 7178 e 7182);

i) proibido fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º da Lei n. Lei n. 9.504/1997, e até a posse dos eleitos (art. 73, VIII).

j) configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no art. 22 da Lei Complementar n 64, de 18 de maio de 1990, a infringência do disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro ou do diploma (art. 74). O art.37, § 1º, da Constituição Federal, por sua vez, estabelece que *"a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos"*;

k) proibido nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos. Nos casos de descumprimento do disposto neste artigo, sem prejuízo da suspensão imediata da conduta, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma (art. 75):

l) proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro ou do diploma (art. 77);

Ainda, por determinação do art. 41, § único, inciso III da Resolução CONANDA n. 231, de 28 de dezembro de 2022, é vedado aos membros do Conselho Tutelar utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária.



Frisa-se, que o afastamento para concorrer a cargo eletivo municipal, deve obedecer o período para desincompatibilização anterior a três meses do pleito, nos termos do art. 1º, inciso II, alínea "I", e ss. da Lei Complementar n. 64, de 18 de maio de 1990.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do descumprimento da presente RECOMENDAÇÃO, sob pena da adoção das medidas cabíveis.

Ressalto que, a observação dessas proibições, além de outras previstas na legislação, será fiscalizado pelo Ministério Público Estadual.

Em caso de dúvida, os agentes públicos poderão consultar a assessoria jurídica do Município, pois é vedada ao Ministério Público a consultoria jurídica de entidades públicas, conforme art. 129, inciso IX da Carta Magna.

Por fim, determino:

1. Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
2. Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Conselho Tutelar de Dois Irmãos do Buriti;
3. Encaminhe-se, cópia da Recomendação ao setor responsável, para a competente publicação no Diário Oficial do Ministério Público;

Assina-se o prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar de hoje, para os senhores destinatários confirmarem o recebimento desta recomendação, bem como informar a este Órgão Ministerial como pretendem agir em relação às providências recomendadas.

Dois Irmãos do Buriti/MS, 09 de abril de 2024

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça, em substituição legal

FÁTIMA DO SUL

#### EDITAL Nº 0010/2024

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002665-8 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002665-8

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Municípios de Fátima do Sul/MS

Assunto: “Acompanhar atos e diligências para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) no ano 2024 (Campanha “DECLARE O SEU CARINHO), em cumprimento à Iniciativa 05 do Planejamento Estratégico da Infância e Juventude 2020/2025”.

Fátima do Sul/MS, 17 de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003147-2 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003147-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Municípios de Vicentina/MS

Assunto: “Acompanhar atos e diligências para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) no ano 2024 (Campanha “DECLARE O SEU CARINHO), em cumprimento à Iniciativa 05 do Planejamento Estratégico da Infância e Juventude 2020/2025”.

Fátima do Sul/MS, 17 de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0012/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003148-3 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003148-3

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Municípios de Jateí/MS

Assunto: “Acompanhar atos e diligências para a mobilização social com o fim de incrementar as destinações de parte do Imposto de Renda ao Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA) no ano 2024 (Campanha “DECLARE O SEU CARINHO), em cumprimento à Iniciativa 05 do Planejamento Estratégico da Infância e Juventude 2020/2025”.

Fátima do Sul/MS, 17 de abril de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

---

**ITAQUIRAÍ**

---

**EDITAL Nº0013/2024/PJ/ITQ**

A Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itaquiraí/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso, 350 - Edifício do Fórum - Centro. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00003688-9

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Itaquiraí

Requerido: CREAS - Itaquiraí/MS

Assunto: Acompanhar as visitas de inspeção junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto CREAS - Itaquiraí, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional, durante o ano de 2024;

Naviraí, 12 de abril de 2024.

JANAINA SCOPEL BONATTO

Promotora de Justiça



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 014/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000186-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: V. S Agropecuária Ltda

Assunto: “Apurar a destruição de 129 hectares de vegetação nativa secundária no estágio avançado/médio de regeneração, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Serena, em Miranda/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração nº NVSMQMN8.”

Miranda/MS, 16 de abril de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 015/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro - CEP: 79380- 000, Miranda/MS.

Inquérito Civil nº 06.2024.00000175-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agropecuária Madre de Dios Ltda

Assunto: “Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão vegetal de 21,83 hectares em área de Reserva Legal no Bioma Cerrado, na Fazenda Pedra Branca, em Bodoquena/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Notificação V3SAXN3R e Auto de Infração 10G785GT.

Miranda/MS, 16 de abril de 2024.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA

Promotora de Justiça

---

**NOVA ALVORADA DO SUL**

---

**EDITAL Nº 0004/2024/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2024.00000295-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Elucidar e implementar as providências para se fazer extinguir os contratos temporários existentes na Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul que estiverem vigorando em face de cargos para os quais hajam candidatos aprovados em concurso público aguardando nomeação.

Nova Alvorada do Sul/MS, 11 de abril de 2024.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0005/2024/PJ/NAAD**

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Nova Alvorada do Sul-MS, cumprindo o disposto no artigo 129, inciso III, da constituição Federal, no artigo 26, I, da Lei Federal nº 8.625/1993 e no artigo 26, IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994, torna público a quem possa interessar que instaurou o Inquérito Civil abaixo relacionado:

Inquérito Civil nº 06.2024.00000164-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na aplicação de recursos públicos decorrentes da contratação celebrada entre a Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul e a Cooperativa de Catadores de Nova Alvorada do Sul para execução de serviço de coleta seletiva.

Nova Alvorada do Sul/MS, 11 de abril de 2024.

MAURÍCIO MECELIS CABRAL

Promotor de Justiça

.....  
**PARANAÍBA**  
.....

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900228-46.2024.8.12.0018, em que suposta autoria se imputa a Cosme Henrique de Oliveira e Jeferson Alves da Silva, tendo como vítima Vitória Belchior de Oliveira, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a persecutio criminis in iudicio, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Vitória Belchior de Oliveira, uma vez que não manteve atualizados e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 16 de abril de 2024.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3º Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos nº 0900795-14.2023.8.12.0018, em que suposta autoria se imputa a Hana Ester Costa Nepomuceno, tendo como vítima Ana Vitória Fernandes da Silva, conforme se transcreve: “Pelo exposto, à míngua de justa causa que permita a persecutio criminis in iudicio, ordeno o arquivamento deste inquérito policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal e Súmula nº 524 do Supremo Tribunal Federal.”

Finalidade: A cientificação da parte Ana Vitória Fernandes da Silva, uma vez que não manteve atualizados e o endereço informado no boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Polícia.

Paranaíba, 16 de abril de 2024.

LEONARDO DUMONT PALMERSTON

Promotor de Justiça

**SÃO GABRIEL DO OESTE****EDITAL N.º 0001/2024/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2024.00002182-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste.

Assunto: Acompanhar o Programa Família Acolhedora no ano de 2024 no Município de São Gabriel do Oeste/MS.

São Gabriel do Oeste, MS, 16 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0002/2024/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00001288-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antonio de Barros Filho.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001795-4

São Gabriel do Oeste, MS, 16 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**EDITAL N.º 0003/2024/02PJ/SGO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, nesta cidade, ou pelo endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2024.00001291-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Orlando Souza Lima.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2020.00000567-0.

São Gabriel do Oeste, MS, 16 de abril de 2024.

ISABELLE ALBUQUERQUE DOS SANTOS RIZZO

Promotora de Justiça

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL N° 0008/2024/03PJ/SDN**

Inquérito Policial n.º 08.2024.00044376-7

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n° 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a(s) parte(s) Kenedy de Souza, da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n° 0900064-97.2024.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Sidrolândia/MS, 16 de abril de 2024.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0009/2024/03PJ/SDN**

Inquérito Policial n.º 08.2024.00044376-7

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia/MS, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n° 43/2023-PGJ1, de 24 de novembro de 2023, comunica a(s) parte(s) Geovany Xavier Moura Silva, da decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n° 0900064-97.2024.8.12.0045, em que constam como, conforme se transcreve: “nos termos do artigo 28 do Código de Processo Penal, promove o arquivamento do presente feito, pois ante a insuficiência de provas, não há justa causa para o oferecimento da denúncia”.

Sidrolândia/MS, 16 de abril de 2024.

BIANKA M. A. MENDES

Promotora de Justiça